

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL: IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE NO CONTEXTO ESCOLAR À LUZ DO CONTRIBUTO DO SERVIÇO SOCIAL

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

AUTORES: Daniel Luciano Muondo ¹DIREÇÃO PARA CORRESPONDENCIA: dmuondo@gmail.com

Data da recepção: 12/10/2018

Data da aceitação: 15/03/2019

RESUMO

O artigo propõe-se a apresentar a temática sobre o Desenvolvimento Sustentável e a Preservação Ambiental com referência à importância da educação para o meio ambiente no contexto escolar à luz do Serviço Social. Trata-se de uma abordagem decorrente dum estudo realizado no ano de 2015, resultante duma pesquisa realizada na Escola N.º 2044, no Município de Belas, Província de Luanda, desenvolvida por estudantes do Curso de Licenciatura em Serviço Social, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciadas, tutorada pelo exponente. A educação ambiental está presente na vida dos seres desde o início de sua existência na terra, pois, para sua sobrevivência era imprescindível o homem saber relacionar-se com o meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL PRESERVATION: IMPORTANCE OF EDUCATION FOR THE ENVIRONMENT IN THE SCHOOL CONTEXT IN THE LIGHT OF THE CONTRIBUTION OF SOCIAL SERVICES**ABSTRACT**

¹Licenciado em Serviço Social - Instituto Superior João Paulo II, Universidade Católica de Angola. Mestrado em Governação e Gestão Pública e Pós-Graduado (Especializado) em Políticas Públicas e Governação Local - Centro de Excelência de Pesquisa em Políticas Públicas e Governação Local da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Docente Universitário (Assistente) no Instituto Superior de Serviço Social de Luanda (ISSS), nas Cadeiras de Ética e Deontologia para o Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ecologia e Sustentabilidade e, Estágio Supervisionado.

The article intends to present the theme about the Maintainable Development and the Environmental Preservation, with reference to the importance of the education for the environment in the school context, to the light of the Social Service. It is treated of an due to a study accomplished in the year of 2015, resulting from a research accomplished at the School N.º 2044, in the Municipal district of Belas, Province of Luanda, developed by students of the Course of Degree in Social Service, as partial requirement for obtaining of the degree of Licentiates, by supervision for the exponent. The environmental education is present in the beings' life since the beginning of her existence in the earth, because, for his survival it was indispensable the man to know to relate with the environment.

KEYWORDS: Social Service; Environmental Education; Maintainable Development.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a temática do Desenvolvimento Sustentável e a Preservação Ambiental, com especial referência para a sua importância no contexto escolar e o contributo do Serviço Social nas questões ambientais.

A educação ambiental está presente na vida dos seres desde o início de sua existência na terra, pois, para sua sobrevivência era imprescindível o homem saber relacionar-se com o meio ambiente. Deve-se primordialmente, pela preocupação e necessidade do cuidado, prevenção da degradação do meio ambiente, uma vez que este, é o suporte da vida no planeta. Daí, a importância da atenção que se deve dar ao seu estudo, através de uma educação ambiental.

Actualmente, nota-se uma preocupação muito grande em manter o meio ambiente limpo devido as várias complicações que a poluição ambiental trás, por isso, torna-se fundamental o estudo dos factores implicantes na falta de educação ambiental, para que se possa elaborar métodos que possam auxiliar no desenvolvimento e na promoção da responsabilidade social ambiental.

O estudo objectiva, de modo geral, compreender a importância da educação ambiental no contexto escolar e, especificamente, traduz a necessidade de se identificar as causas e consequências da falta de educação ambiental na escola, apresentar as medidas do seu desenvolvimento, tendo em conta o contributo do Serviço Social nesta temática.

Para o cumprimento do exposto acima, o artigo estrutura-se, além da Introdução e das Conclusões, em cinco secções, nomeadamente, breve abordagem do contexto histórico, definição de termos sobre educação ambiental; considerações sobre Angola e a Política Nacional do Ambiente; o Serviço Social e a educação para o meio ambiente; Métodos e Material; e, Resultados e Discussão.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTO HISTÓRICO E DEFINIÇÃO DE TERMOS

Entre os dias 25 e 27 de setembro, mais de 150 líderes mundiais estiveram na sede da ONU, em Nova York, para adoptar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável, formada por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030.

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum. A contínua aceleração das mudanças na humanidade e no planeta junta-se, hoje, à intensificação dos ritmos de vida e de trabalho, que alguns em espanhol chamam de «rapidación». Embora a mudança faça parte da dinâmica dos sistemas complexos, a velocidade que hoje lhe impõem as acções humanas contrasta com a lentidão natural da evolução biológica. A isto vem juntar-se o problema de que os objectivos desta mudança rápida e constante não estão necessariamente orientados para o bem comum e para um desenvolvimento humano sustentável e integral (Francisco, 2015).

De acordo com o autor acima citado, percebe-se que a mudança é algo desejável, mas torna-se preocupante quando se transforma em deterioração do mundo e da qualidade de vida de grande parte da humanidade.

O meio ambiente é umas das grandes preocupações do último século. Todos os dias alguma questão ligada ao ambiente está entre os assuntos mais comentados no mundo todo e, a sua atenção no nosso país é pouca ou quase inexistente. Verifica-se a deterioração acelerada do ambiente social, reflectido no humano e dos recursos naturais, por razões económicas, culturais, afectando o próprio desenvolvimento sustentável.

Sinus (2014), cita a convocação pela Assembleia Geral da ONU², em 1968, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que veio a se realizar em junho de 1972 em Estocolmo. Essa Conferência chamou a atenção das nações para o facto de que a acção humana estava causando séria degradação da natureza e criando severos riscos para o bem estar e para a própria sobrevivência da humanidade. Foi marcada por uma visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a actividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de a espécie humana ser parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra.

Em relação a Angola, de acordo com o PIA³, através do RGEA⁴, afirma que a face ambiental do país mudou profundamente no último decénio. As vastas área de

² Organização das Nações Unidas

³ Programa de Investimento Ambiental

florestas diminuíram consideravelmente; a vegetação de savana mudou devido à pressão humana. Uma parte significativa das cidades costeiras do país está desestruturada devido à deslocação das populações rurais para a cidade. À entrada do século XXI, Angola encontra-se numa posição singular exibindo ainda problemas sociais comuns aos países em desenvolvimento, mas enfrentando os mesmos desafios ambientais que os países desenvolvidos.

Para Ramos (1996), a expressão educação ambiental impregnou o ideário pedagógico e político desde o início dos anos 70, diante do reconhecimento mundial da complexidade crescente dos problemas que afectam o meio ambiente.

Não há dúvidas que a utilização dessa expressão está directamente vinculada à emergência da crise ambiental, sendo, neste caso considerada um elemento básico no desenvolvimento histórico de estratégias para resolução destes problemas. Junto com as evidências de degradação dos recursos naturais e da qualidade de vida surgiram iniciativas sociais inicialmente formuladas na forma de denúncia, depois de forma mais organizada e com objectivos institucionais que visam a educação do indivíduo.

A educação, para Calleja (2008) é a acção que desenvolvemos sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e capaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em vínculo directo com seu quotidiano, para conseqüentemente a partir do processo educativo assimilado. O autor define ainda a educação como um processo de influência sobre pessoas que conduz a sua transformação e as capacita para interagir com o meio.

Segundo Cuba (2010), a educação ambiental é considerada inicialmente como uma preocupação dos movimentos ecológicos com a prática de consciencialização, que seja capaz de chamar a atenção para a má distribuição do acesso aos recursos naturais, assim como ao seu esgotamento, e envolver os cidadãos em acções sociais ambientalmente apropriadas.

A educação ambiental é um tema muito discutido actualmente devido ao facto de se perceber a necessidade de uma melhoria do mundo em que vivemos, pois é facilmente notado que estamos regredindo cada vez mais em nossa qualidade de vida de um modo geral, nos deixando levar por nossas obrigações diárias. Nosso tempo nos parece cada vez mais curto porque temos cada vez mais compromissos (Cuba, 2010).

A educação é um processo de socialização e tem portanto, como função "integrar os indivíduos no todo social". Nesse processo, o indivíduo adquire os valores, as atitudes e os comportamentos de sua sociedade e de sua cultura. Luckesi (1992), coloca que nesse sentido a educação como instância social está voltada para a

⁴ Relatório Geral do Estado do Ambiente de 2006

formação da personalidade dos indivíduos, para o desenvolvimento de suas habilidades e para a veiculação de valores éticos necessários à convivência social”.

Nessa concepção, portanto, a educação pode ser entendida como um dos mais poderosos instrumentos tanto da estabilização como de mudança das pessoas e da ordem socioeconômica e cultural. Nesse sentido, ela por promover valores, desenvolver habilidades, toma-se um factor de intervenção psicossocial eticamente aceitável. A educação, ao invés de “receber as interferências da sociedade, é ela que interfere, quase que de forma absoluta, nos destinos do todo social, curando-o de suas mazelas.

É preciso entender a perspectiva de que, a escola não é contrariamente àquilo que se divulga, a solução para tudo. Ela é uma instituição social e nessa medida, está marcada e condicionada pelos limites que o próprio desenvolvimento da sociedade, em cada uma de suas etapas, lhe impõe. Assim como a escola não promove a ascensão social para todos, ela também não é a solução para todos os problemas. Principalmente - e esta é a realidade do nosso país - a escola que simplesmente limita-se a transmitir informações, na maioria das vezes, fora da realidade e do contexto vivido pelo aluno.

Não se pode com isso concluir que a escola não tem papel nenhum, pelo contrário, ela pode e deve ter a força de uma instituição de transformação, mas sem o apelo sentimental da salvação dos problemas que a sociedade cria no caso os problemas ambientais.

A escola não visa apenas a mudança de atitudes ou a mudança de valores éticos e de comportamentos “ambientais” adequados. Como factor de transformação a escola supõe duas premissas básicas. Uma delas é aquela na qual a leitura dos fenómenos da sociedade, a leitura da língua materna, a aprendizagem das demais áreas do conhecimento. A outra premissa é de que a escola, se instrumento de transformação, se concretiza em vários aspectos, dados pela existência de uma relação dialéctica entre a sociedade e a educação (Ramos, 1996, p. 96).

Neste caso, ela deve estar em sintonia com outros movimentos da sociedade que têm o mesmo propósito de mudança. É nessa dupla perspectiva que deve ser colocada a educação ambiental, construída em grande parte, como uma prática que visa reverter a tendência de degradação do espaço físico, através da mudança de comportamentos, que levam os indivíduos à agressão ou à má utilização dos recursos ambientais.

A questão da educação ambiental é antes de tudo a questão da educação, a qual se concretiza na necessidade inadiável da democratização da cultura, no acesso e na permanência na escola e na elevação do nível cultural da população para compreender os avanços científico-tecnológicos de nossa época. Nesse sentido, ela também deve se preocupar com as consequências que decorrem da relação

do homem com a natureza, e também propor perspectivas de solução para os problemas ambientais que afectam a maioria da população.

Para Korb (2009), “o meio ambiente é a própria vida intrínseca ao homem, conjunto de condições que podem favorecer ou não a vida.” O mesmo aborda que quanto a água, é um elemento vital ao ser humano, e constitui-se numa das condições para a existência de todos os seres vivos e do meio ambiente.

O autor acima citado relaciona a utilização da água com sua qualidade e, que determina a saúde das pessoas. Conclui afirmando que “o Homem está poluindo muito o meio ambiente, como água e os agrotóxicos colocados nos alimentos.

A educação na responsabilidade ambiental pode incentivar vários comportamentos que têm incidência directa e importante no cuidado do meio ambiente, tais como evitar o uso de plástico e papel, reduzir o consumo de água, diferenciar o lixo, cozinhar apenas aquilo que razoavelmente se poderá comer, tratar com desvelo os outros seres vivos, servir-se dos transportes públicos ou partilhar o mesmo veículo com várias pessoas, plantar árvores, apagar as luzes desnecessárias. Voltar – com base em motivações profundas – a utilizar algo em vez de o desperdiçar rapidamente pode ser um acto de amor que exprime a nossa dignidade (Francisco, 2015).

Ao se proceder a partir de pequenas acções, mesmo a o nível social, melhora-se o ambiente sempre para além do que é possível constatar. Estes gestos provocam, no seio da terra, um bem que sempre tende a difundir-se, por vezes, indivisivelmente. Além disso, o destes comportamentos restitui-nos o sentimento da nossa dignidade, leva-nos a uma maior profundidade existencial. permite-nos experimentar que vale a pena a nossa passagem por este mundo.

Os âmbitos educativos para ambiente são vários: a escola, a família, os meios de comunicação a catequese e outros. Uma boa educação escolar em tenra idade coloca sementes que podem produzir efeitos durante toda a vida (Francisco, 2015, p. 141).

A família, por exemplo, tem importância central, porque é o lugar onde a vida, dom de Deus pode ser convenientemente acolhida e protegida contra os múltiplos ataques a que está exposta e pode desenvolver-se segundo as exigências de um crescimento humano autêntico. Na família cultivam-se os primeiros hábitos de amor e cuidado da vida, como por exemplo, o uso correcto das coisas, a ordem e a limpeza, o respeito pelo ecossistema local e a protecção de todas as criaturas.

A família é, por isso, o lugar da formação integral, onde se desenvolvem os distintos aspectos, intimamente relacionados entre si, do amadurecimento pessoal. Na família aprende-se a pedir licença sem servilismo, a dizer «obrigado», como expressão duma sentida avaliação das coisas que recebemos, a dominar a

agressividade ou a ganância e a pedir desculpa quando fazemos algo de mal. Estes pequenos gestos de sincera cortesia ajudam a construir uma cultura da vida compartilhada e do respeito pelo que nos rodeia.

Ao contrário de outros seres vivos que, para sobreviverem, estabelecem naturalmente o limite de seu crescimento e consequentemente o equilíbrio com outros seres e o ecossistema onde vivem, a espécie humana tem dificuldade em estabelecer o seu limite de crescimento, assim como para relacionar-se com outras espécies e com o próprio planeta.

A degradação dos recursos naturais têm relação com o contexto social que o ser humano expressa através de processos produtivos, culturais e históricos quanto à utilização do meio ambiente. Parte também dos padrões de desenvolvimento não sustentáveis, ao mesmo tempo em que afectam o ser humano, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, por intermédio de alterações significativas no meio natural e a destruição dos ecossistemas, promovem mudanças nos padrões de distribuição de doenças e nas condições de saúde dos diferentes grupos populacionais (Augusto, Freitas & Torres, 2002).

Para o autor, o motivo do agravamento das principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. O Homem realiza acções que mais degradam do que contribuem ao meio ambiente, pois, mais polui do que cuida, ao não estabelecer uma aliança pacífica com o meio ambiente, ao passo que precisa do ecossistema para sobreviver

Para Freitas (2003), o cidadão é transformado em consumidor, de modo a direccionar sua atenção para longe dos problemas estruturais das sociedades industrializadas que comportam os padrões de trabalho, de produção e de consumo, comprometendo as condições de vida.

Ao consumir, o cidadão deve ter em conta a necessidade de protecção da própria natureza, utilizando os produtos de modo responsável, numa dinâmica constante, que propicie um ambiente saudável, capaz de proporcionar o seu sustento por meio da industrialização, garantido a vida para as próximas gerações.

A transformação dessa realidade, se faz necessária a integração entre a educação formal e informal, envolvendo os diversos sistemas de conhecimento e estimulando os sujeitos envolvidos nessa problemática, para uma adequada compreensão do meio ambiente em nível local e global, conscientizando-os da interdependência dos problemas e da importância da responsabilidade de cada um, para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável (Jacobi, 2009).

As pessoas dotadas de consciência ambiental ou não, precisam ser motivadas a desenvolver atitudes práticas, e que cada um ao seu tempo, a partir de um estímulo interno é tomado da vontade de realizar as mudanças necessárias para

preservação e conservação de um mundo integrado entre ele e a natureza, estabelecendo uma relação harmónica.

Esta motivação pode ser concretizada de diversas formas, como elaboração de projectos nas comunidades, nas escolas, realizações de feiras de artes feitas através de produtos reciclados, envolvimento de entidades públicas e privadas, e outros pois, a ausência dela pode implicar na falta de desenvolvimento da educação ambiental na sociedade e nas escolas.

Edgar (2009), refere que "cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente em relação ao ambiente em que está inserido". Esse comportamento está directamente relacionado à soma do seu processo cognitivo (julgamentos, expectativas e vivência de cada um), ou seja, a interacção das suas percepções individuais.

A falta de tomada de consciência crítica do indivíduo com a realidade onde este está inserido, ou seja, de forma individualizada, também faz com que não haja efectividade do processo de da formação da cidadania ambiental.

O indivíduo ao mesmo tempo em que é influenciado, tem poder de influenciar seus pares e essas influências estão directamente relacionadas à sua condição de desenvolvimento e qualidade de vida, que quase sempre é direccionada pela sua condição socioeconómica e cultural. Em regra, cada indivíduo, então, organiza sua própria maneira de viver, subordinada à cultura, educação, ao poder económico e ao meio ao qual pertence.

Actualmente, na sociedade em que vivemos, temos assistido e vivido sérios problemas resultantes da falta de educação ambiental. São evidentes os sinais de comprometimento do meio ambiente, bem como da poluição e da utilização indiscriminada dos recursos naturais.

Segundo Korb (2009), quando se polui e não se utiliza os recursos naturais correctamente, o resultado é a falta de saúde e por isso a relação existe, e que quando se tem ambiente saudável se tem saúde e, quanto mais degrada mais doença se produz.

Minayo (2006), em relação ao ambiente saudável, lembra a Carta de Ottawa (1986), elaborada na I Conferência Internacional de Ottawa, que estabeleceu a Promoção da Saúde como factor central de acção, para a criação de ambientes favoráveis à saúde, e sugere que a protecção do meio ambiente, a conservação dos recursos naturais e o acompanhamento dos impactos passassem a compor a Agenda de Saúde. O autor destaca que a Conferência reforçou a participação e a representatividade como constituintes do processo de construção de ambientes favoráveis e que reforçam a acção democrática e as atitudes de promoção.

Vargas & Oliveira (2007) reforçam os argumentos afirmando que ao intensificar a participação da comunidade nos debates sobre a questão ambiental são

fortalecidas as bases democráticas para a discussão dos factores determinantes da saúde, ou seja, saber identificar os factores de risco que a população pode estar exposta.

A sustentabilidade na escola pode ser definida como um conjunto de práticas e ensinamentos, que ocorrem dentro do ambiente escolar, voltados para o desenvolvimento sustentável do planeta. Os alunos (crianças e adolescentes) de hoje serão os responsáveis pelas acções económicas, políticas e administrativas do futuro.

As práticas de escolas sustentáveis podem consistir no desenvolvimento de projectos voltados para a reutilização de materiais recicláveis (enfeites, papel reciclável, utensílios domésticos e etc), na criação, no espaço escolar, de uma horta orgânica, mantida pelos próprios alunos, onde os vegetais colhidos podem ser utilizados na elaboração de lanches e merendas para os alunos ou, até mesmo, doados para instituições sociais e famílias carentes.

Essas práticas podem consistir também no desenvolvimento de programas voltados para a plantação de árvores nas escolas ou na comunidade, implementação de acções voltadas para o uso racional (com economia) de água e energia eléctrica, evitando ao máximo o desperdício e, ainda, na projecção, para os alunos, de filmes e documentários que mostrem os impactos ambientais provocados por acções humanas, destinadas na informação e tomada de consciência por parte dos alunos.

Ao estudarmos o ambiente, nota-se que, os recursos naturais se esgotam e o principal responsável por essa degradação é o próprio homem.

Antes que as sociedades fossem montadas, a distribuição das populações em grupos pequenos e isolados uns dos outros não dava pata afectar significativamente a natureza. As transgressões ambientais não eram em demissões pequenas e dispersas em vastos territórios, o que proporcionava à própria natureza, através de seus agentes físicos, químicos e biológicos, recompensas as condições originais do ambiente. Com o surgimento das densidades populacionais, devido à necessidade de se construir infra-estrutura de moradias, indústrias, agriculturas e criações de animais organizadas, bem como serviços em geral, aconteceu um crescimento exponencial nos ecossistemas urbanos, modificando todo sistema anterior (Buza, 2009, p. 38).

ANGOLA E A POLÍTICA NACIONAL DO AMBIENTE

A Lei de Bases do Ambiente, Lei N.º 5/98, de 19 de Junho de 1998, é um instrumento elaborado pelo Governo Angolano, que define os conceitos e os princípios básicos da protecção, preservação e conservação do Ambiente, promoção da Qualidade de Vida e do uso racional dos Recursos Naturais, nos termos do Artigo n.º 1 da mesma lei.

De acordo com o Artigo 20º da mesma Lei, a educação ambiental é definida como a medida de protecção ambiental que deve acelerar e facilitar a implantação do Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA), através do aumento progressivo de conhecimentos da população sobre fenómenos ecológicos, sociais e económicos que regem a sociedade humana.

Nestes termos, a educação ambiental deve ser organizada de forma permanente e em campanhas sucessivas, dirigidas principalmente em duas vertentes, nomeadamente: através do sistema formal de ensino e, através do sistema de comunicação social.

O Artigo 3º da Lei de Bases do Ambiente consagra, nos termos dos números 1, 2 e 3, os princípios gerais, o direito de viver num ambiente sadio, aos benefícios da utilização racional dos recursos naturais do país, decorrendo daí as obrigações em participar na sua defesa e uso sustentado, o respeito aos princípios do bem estar de toda a população, à protecção, preservação e conservação do ambiente e ao uso racional dos recursos naturais e, a competência do Estado na implantação de um Programa Nacional de Gestão Ambiental para atingir os objectivos preconizados anteriormente, criando, para o efeito, as necessárias estruturas e organismos especializados e fazendo publicar legislação que permita a sua exequibilidade.

O Artigo 8º da Lei de Bases do Ambiente estabelece o direito e a obrigação de todo cidadão participar na Gestão Ambiental, quer através de organização associativas, à título individual, nas consultas públicas de projectos programados, quer através da participação a quem tem direito, de acções de terceiros que julgue lesarem os princípios de Desenvolvimento Sustentável, baseado numa gestão ambiental que satisfaz as necessidades da geração presente, sem comprometer o equilíbrio do ambiente e a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem também as suas necessidades.

O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE

Iamanoto (1982), citado por CFESS/ABEPSS, (2009) refere que, historicamente, o Serviço Social constituiu-se como uma especialização do trabalho colectivo, na divisão sócio económica do trabalho, no quadro do desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

Para Netto (1992), citado por CEFSS-ABEPSS (2009), o surgimento do Serviço Social como profissão vincula-se às peculiaridades da "questão social" em um momento histórico específico, o da ordem monopólica, a partir do qual se internaliza na ordem económica, passando a ser alvo das políticas sociais. No

marco histórico de crescente potencialização das contradições do capitalismo, alterou-se a dinâmica da sociedade, o qual redimensionou e a função do Estado.

Toda a profissão se constrói e se legitima através das respostas que consegue dar a diversas necessidades que determinam um conjunto de demandas sociais. Portanto, se uma profissão se conforma a partir de respostas qualificadas e institucionalizadas a demandas sociais, e se daí provém sua legitimidade, então a atenção dessas demandas ou o surgimento de novas deve promover o espaço para a necessária alteração e adequação das respostas profissionais ou para a incorporação de novas propostas interventivas (Montaño, 2009, p. 196).

Os espaços ocupacionais dos Assistentes Sociais têm lugar no Estado, mas concretamente nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, em empresas privadas e capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria á organizações e movimentos sociais.

SERVIÇO SOCIAL AMBIENTAL

A função do Serviço Social Ambiental reside na necessidade de integrar e coordenar acções destinadas a conscientizar a população sobre o desafio para a humanidade, intervir como técnica para, na medida do possível conseguir minimizar os efeitos nocivos sobre o meio ambiente.

Alguns conceitos-chave que orientam a actuação do Serviço Social Ambiental no âmbito da transversalidade são, por exemplo: a questão social ambiental, o desenvolvimento sustentável, a educação para o ambiente e, a participação social.

O Assistente Social actua como mediador entre o ecológico e o social, criando pontes, em guiar as novas formas de relação entre o ser humano e o seu meio, entre o cidadão e sociedade. A contribuição dos profissionais de Serviço Social se concretiza no compromisso pessoal, na vivência de valores e comportamentos mais sustentáveis. As questões da sustentabilidade dizem respeito tanto ao princípio sociopolítico, quanto ao princípio ecológico.

O princípio sociopolítico é determinado para o Serviço Social porque tem a ver com os seguintes pressupostos:

- i. Condicionar a actividade humana à capacidade de aceitação total do planeta;
- ii. Garantir a equidade sociopolítica e económica num processo de transição para a sociedade mais sustentável;

- iii. Incorporar aos processos políticos de tomada de decisão as preocupações ambientais de forma mais directa;
- iv. Assegurar o incremento da população afectada e a interpretação dos conceitos associados a essa ideia de desenvolvimento sustentável;
- v. Estabelecer um procedimento aberto e aceitável para aproximar a tomada de decisões governamentais da população afectada;
- vi. Assegurar um nível mínimo de igualdade e justiça social, mediante um sistema legal, justo e aberto.

O aspecto ecológico enquanto pressuposto de actuação do Serviço Social volta-se para a necessidade de uma intervenção directa no processo de educação dos cidadãos para o meio ambiente, cuja intervenção tem lugar na família, na escola, nos diferentes espaços de convívio e de educação social, tanto de modo formal, como de maneira informal, partindo da realidade concreta em que ocorrem as demandas.

Todavia, para efectivação dos princípios acima referidos, os Assistentes Sociais devem assegurar-se de reconhecer que os recursos socioambientais são limitados e, portanto, fazem com que a comunidade se conscientize dessa realidade. Deve-se garantir o equilíbrio entre a dimensão sociopolítica e ecológica em cada uma das intervenções sociais, encaminhando-se para uma sociedade sustentável.

Por outro lado, é preciso incorporar esse discurso nos espaços de poder e tomada de decisões em matéria social, garantindo a participação activa da população, ou seja, intervindo directamente. Finalmente, é necessário desenvolver um conceito mais amplo de justiça social, que incorpore o equilíbrio ecológico como meio para obtenção da equidade social.

Socialmente, é necessário voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos. Vivemos já muito tempo na degradação moral, baldando-nos à ética, à bondade, à fé, à honestidade; chegou o momento de reconhecer que esta alegre superficialidade de pouco nos serviu. O amor social é a chave para um desenvolvimento autêntico.

Devemos, certamente, ter a preocupação de que os outros seres vivos não sejam tratados de forma irresponsável, mas deveriam indignar-nos sobretudo as enormes desigualdades que existem entre nós, porque continuamos a tolerar que alguns se considerem mais dignos do que outros.

MÉTODOS E MATERIAL

O estudo foi conduzido a partir da observação, como método de interacção directa com o fenómeno ou problema de pesquisa, considerando a necessidade de recolha de dados, envolvendo o levantamento, que no entender de Prodanov; Freitas (2013), é utilizado com o objectivo de conseguir informações e/ou

conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, de uma hipótese que queiramos comprovar, ou ainda, descobrir novos fenómenos e as relações entre eles.

A aplicação de inquéritos, questionários e entrevistas, dirigidos a 5 (Cinco) professores, como unidade de amostra, num universo de 41 (Quarenta e Um), garantiram a obtenção de dados e a apresentação dos resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os resultados da pesquisa, procurou-se evidenciar a problemática da educação ambiental no contexto escolar, do ponto de vista da sua importância, bem como do papel exercido pelo Serviço Social na promoção do desenvolvimento sustentável.

Esta constatação foi possível por meio das respostas apresentadas pelos professores, que participaram do estudo, respondendo aos questionamentos colocados, conforme demonstram os quadros abaixo, que apresentam os resultados da pesquisa, em função dos dados recolhidos, com base nos instrumentos aplicados.

Quadro nº 1: Importância da educação ambiental no contexto escolar

Professor 1: Melhora a qualidade do espaço físico em que se exerce a actividade educativa, sobretudo com a existência de materiais e meios adequados para a realização de acções de limpeza;

Professor 2: Garante a salubridade do meio, estimulando a sua manutenção e preservação, promovendo da saúde humana;

Professor 3: O cuidado pelo meio ambiente é importante na medida em que contribui, de modo significativo para manter uma clima agradável á vista da sociedade mas, sobretudo, com conservação do espaço escolar, desde a sala de aula, compreendendo o meio envolvente;

Professor 4: Quando se plantam árvores na escola, promove-se no aluno a noção de protecção do ambiente, com medidas que se apresentam favoráveis em despertar a sua consciência na defesa do ambiente. A educação para o ambiente recria a memória do aluno, por meio da realização de tarefas individuais ou em grupo, sob coordenação do professor;

Professor 5: A escola deve educar para o ambiente, a partir dos recursos disponíveis, demonstrando a necessidade da preservação do espaço escolar, independentemente dos funcionários de limpeza de que a instituição se disponha ou dos materiais de recolha de lixo existentes, pois, a remoção regular dos resíduos sólidos na escola mantém a salubridade do meio e pode ser uma forma de eliminar doenças.

Fonte: Escola do Ensino do Primário e do Iº Ciclo nº 2044, ano 2015.

No quadro acima pode-se verificar a demonstração da necessidade e importância da educação para o meio ambiente, de acordo com a opinião de cada professor,

como parte integrante do estudo realizado. Os alunos devem ser educados para a preservação do ambiente, mesmo que a escola apresente dificuldades na execução do trabalho de limpeza e conservação do espaço, de modo a que desenvolvam essa capacidade, e promovam a qualidade do meio físico onde estudam, contribuindo até para a redução ou eliminação dos agentes nocivos à saúde humana.

Quadro nº 2: Contributo do Serviço Social na educação e sustentabilidade ambiental.

Professor 1: A prática do Serviço Social escolar desperta a consciência do aluno para a necessidade da preservação do meio, e a melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes.

Professor 2: Como uma profissão nova, ao ser exercida na escola educa-se para a cidadania e o respeito pelos valores morais, o que pode desenvolver a noção do ambiente saudável, e despertar o interesse pelo cuidado e protecção da própria escola, evitando a sua degradação.

Professor 3: O Serviço Social educa para a vida, nos diversas formas do convívio humano, lutando contra as injustiças sociais contra o próprio ambiente, como se tem verificado actualmente com o desrespeito da natureza, envolvendo também o recinto escolar.

Professor 4: A educação pela cultura ambiental deve ser um hábito pois, o Serviço Social ao educar para o ambiente desenvolve nos alunos a capacidade de responsabilização pessoal para a sua preservação. Quando não se tem uma cultura ambiental, hábito e gosto pelo cuidado ao espaço escolar, assim como aos meios e equipamentos de que dispõe e o seu uso adequado, destrói-se não só o próprio meio, como a vida de modo geral.

Professor 5: O Serviço Social preserva e promove o meio ambiente, através de acções educativas, primando pela responsabilidade de cada indivíduo, grupo ou comunidade, criando um espírito inovador que conduz os alunos e a própria escola na conservação e defesa do seu património escolar.

Fonte: Escola do Ensino do Primário e do Iº Ciclo nº 2044, ano 2015.

O quadro número 2, mostram-nos que a importância e o papel do Serviço Social no contexto escolar, enquanto profissão que protege e promove o meio ambiente, por meio de acções educativas, tanto dos alunos em particular, quanto do grupo em que se integram. Ao se evidenciar o papel do Serviço Social na educação ambiental promove-se a autonomia do indivíduo no cuidado da natureza, não só para si, como também para os outros, num processo que conduz à responsabilização sobre os actos danosos que colocam em causa o próprio sistema ecológico, na sua relação com a sociedade.

CONCLUSÃO

A educação ambiental deve ser contextualizada, isto quer dizer, que é preciso estabelecer-se metodologias próprias, para a acção da educação na escola. Essas metodologias são medidas pedagógicas baseadas nos valores, políticas nacionais e internacionais do ambiente.

A educação ambiental não se restringe apenas numa aula de ecologia ou de direito ambiental. Esse é um assunto delicado, e é de extrema importância que haja uma maior conscientização nas escolas, desde os primeiros anos de estudo. Mas, além disso, a educação ambiental também está voltada para o bom tratamento e uma melhor recepção e preocupação de manter íntegro o meio ambiente para nós e para as próximas gerações.

Quanto à problemática de educação para a sustentabilidade ambiental na escola Primária e do I Ciclo N.º 2044 e, de acordo com os depoimentos e respostas dos professores que participaram da pesquisa, verifica-se que é muito importante educar-se para a cidadania, a partir do meio onde o aluno vive e desenvolve o seu processo formativo, de construção da personalidade.

Os resultados do estudo despertam o interesse pelo desenvolvimento da educação ambiental, a partir de um processo organizado, assente nos valores da cidadania, assumindo-se um compromisso pessoal de preservação da natureza mas, sobretudo, do meio onde o aluno estuda, garantindo a sua organização, limpeza e higiene, evitando os agentes nocivos e poluentes do meio físico e social.

É neste sentido que devem ser lançadas as bases para uma educação ambiental que promova o indivíduo na sua relação com o meio ambiente e as pessoas nele inseridas, tornando-se possível o desenvolvimento de habilidades, valores e atitudes, rumo à melhoria da qualidade do ambiente e, efectivamente, da vida das gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buza, A. G. (2009). *Ecologia e Teologia em Diálogo diante da Crise Ambiental*. Bélem, SãoPaulo. Graphitte.
- Calleja, J. M. R. (2008). *Professores deste Século. Algumas Reflexões*. Revista institucional da Universidade de Tecnológica de Chocó.
- CFESS/ABEPSS (2009). *Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília.
- Cuba, M. A. (2010). *Educação Ambiental nas Escolas*. Universidade de Taubaté.
- Francisco, P. (2015). *Louvado Sejas - Carta Encíclica Laudato Sí' Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Paulinas Editora. São Paulo.
- Jacobi, P. (2003). *Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade*. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da USP.
- Korb, A. (2009). *Saúde ambiental: concepções e interpretações sobre meio ambiente e sua relação com a saúde humana*. São Paulo.

Luckesi, C. C. (1992). *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez.

Minayo, M. C. de S. (2006). *Saúde e ambiente: uma relação necessária*. In: Campos, G. W. de S. et al. Tratado de saúde colectiva. Fiocruz, Rio de Janeiro.

Montaño, C. (2009). *A Natureza do Serviço Social*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora.

Prodanov, C. C.; Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2.ª Edição. Feevale: Novo Hamburgo.

Ramos, E. C. (1996). *Educação ambiental: evolução histórica, implicações teóricas e sociais uma avaliação crítica*. Universidade Federal do Paraná.

Augusto, L. G. da S; Freitas, C. M; Torres, J. P. M (2002). *Risco ambiental e contextos vulneráveis: implicações para a vigilância em saúde*. Informe Epidemiológico do SUS. Recife. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/RiscoAmbiental.pdf>

Freitas, C. M. de (2003). *Problemas ambientais, saúde colectiva e ciências sociais*. Ciência Saúde Colectiva. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232003000100011&script=sci_abstract&tlng=pt

Vargas, L. A.; Oliveira, T; F. V. de (2007). *Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro*. Revista de Enfermagem. Disponível em: <http://www.facenf.uerj.br/v15n3/v15n3a21.pdf>

Angola - Lei N.º 5/98, de 19 de Junho de 1998, Lei de Bases do Ambiente.